

# Sumário

---

## Capítulo 1

Noções iniciais .....	19
1. As garantias constitucionais do acesso à justiça e da assistência jurídica integral.....	19
2. Benefício da justiça gratuita: conceito e objetivo.....	21
3. Responsabilidades provisória e definitiva pelo custeio do processo.....	21
4. Benefício da justiça gratuita e responsabilidade provisória .....	22
5. Benefício da justiça gratuita, assistência judiciária e assistência jurídica: distinção.....	23
6. A derrogação da Lei 1.060/1950 .....	25

## Capítulo 2

O objeto do benefício .....	27
1. Abrangência: rol exemplificativo (art. 98, §1º, CPC) .....	27
1.1. Taxas ou custas judiciais (inc. I).....	28
1.2. Despesas com postagem (inc. II) .....	30
1.3. Despesas com publicação na imprensa oficial (inc. III) .....	31
1.4. Indenização de testemunha (inc. IV) .....	31
1.5. Exames periciais (inc. V) .....	31
1.6. Honorários periciais (inc. VI).....	32
1.7. Honorários do advogado (inc. VI) .....	33
1.8. Intérprete, tradutor e contador (incs. VI e VII) .....	40

1.9.	Depósitos judiciais (inc. VIII) .....	40
1.10.	Emolumentos (inc. IX) .....	41
2.	Utilização de recursos públicos para despesas com perícia (art. 95, §3º, CPC).....	44
3.	Depósitos judiciais não abrangidos pela gratuidade (art. 98, §1º, VIII, CPC) .....	46
3.1.	Caução para o cumprimento provisório (art. 520, IV).....	46
3.2.	Caução para concessão de tutela de urgência (art. 300, §1º).....	48
3.3.	Depósito de despesas e honorários para repropositura de processo extinto sem resolução de mérito (art. 92, CPC) .....	50
4.	Multas: exclusão do âmbito do benefício (art. 98, §4º, CPC) .....	51
5.	Renúncia ao benefício .....	52
<b>Capítulo 3</b>		
	Modulação do benefício (art. 98, §§ 5º e 6º, CPC).....	53
<b>Capítulo 4</b>		
	O sujeito beneficiado .....	57
1.	Quem pode ser beneficiário (art. 98, <i>caput</i> , CPC).....	57
2.	Pressuposto para ser beneficiário: insuficiência de recursos (art. 98, <i>caput</i> , CPC) .....	60
3.	Pessoalidade do benefício (art. 99, §6º; art. 10, Lei 1.060/1950).....	62
<b>Capítulo 5</b>		
	Procedimento .....	65
1.	Postulação .....	65
1.1.	Momento e forma (art. 99, <i>caput</i> e § 1º, CPC) .....	65

1.2.	Presunção de veracidade da afirmação de carência (art. 99, §3º, CPC).....	67
1.3.	Necessidade de outorga de poder especial ao procurador (art. 105, <i>caput</i> , CPC). .....	70
2.	Deliberação judicial (art. 99, §2º, CPC; art. 5º, <i>caput</i> , Lei 1.060/1950) .....	71
2.1.	O magistrado deve decidir na primeira oportunidade.....	71
2.2.	Omissão judicial sobre o requerimento.....	73
2.3.	Dilação probatória.....	74
3.	Gratuidade em grau recursal (art. 99, §7º, CPC) .....	74
3.1.	Espécie de requerimento posterior .....	74
3.2.	Gratuidade em grau recursal: um caso específico (art. 99, §5º, CPC). .....	77
4.	Impugnação ao benefício concedido .....	79
4.1.	Momento e forma (art. 100, <i>caput</i> , CPC) .....	79
4.2.	Impugnação posterior (art. 100, <i>caput</i> , segunda parte, CPC) .....	81
4.3.	Impugnação da extensão do benefício às despesas extrajudiciais (art. 98, §8º, CPC) .....	81
4.4.	Ônus da prova .....	85
5.	Revogação da gratuidade por provocação ou de ofício: consequências (art. 100, p. único, CPC; art. 8º, Lei 1.060/1950) .....	86
6.	Possibilidade de o juiz decidir pela modulação do benefício em lugar da revogação .....	89
7.	Sistema recursal.....	90
7.1.	Indeferimento, revogação ou modulação do benefício: recurso cabível (art. 101, <i>caput</i> , CPC) .....	90
7.2.	Efeito suspensivo provisório decorrente de lei (art. 101, §§1º e 2º, CPC) .....	91
7.3.	Decisão que mantém o benefício impugnado: recurso cabível .....	92

## Capítulo 6

Sanções que podem ser impostas ao ex-beneficiário .....	93
1. Sanção pelo não recolhimento de valores em caso de revo- gação do benefício .....	93
2. Imposição da sanção e trânsito em julgado.....	95
3. Má-fé do beneficiário (art. 100, p. único, CPC) .....	96

## Capítulo 7

Responsabilidade do beneficiário vencido .....	99
1. Dever de pagar e ressarcir despesas e honorários (art. 98, §2º, CPC) .....	99
2. A exigibilidade do crédito (art. 98, §3º, CPC) .....	100
3. O art. 98, §3º, do CPC e a sucumbência recursal do benefi- ciário.....	102
4. O art. 98, §3º, do CPC e a ação autônoma para cobrança de honorários em face do beneficiário .....	105
<b>Referências bibliográficas</b> .....	109